



## EDUCAÇÃO INTEGRAL À SEXUALIDADE E CURRÍCULO: NOVOS DIÁLOGOS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

INTEGRAL SEXUALITY EDUCATION AND CURRICULUM: NEW DIALOGUES ON  
TEACHER TRAINING

EDUCACIÓN INTEGRAL DEL SEXUALIDADE Y CURRÍCULO: NUEVOS  
DIALOGOS SOBRE LA FORMACIÓN DEL PROFESORADO

**Francisco Ricardo Miranda Pinto**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0771-6266>

UVA/UNINTA/FAL/PMV - Brasil

**Carlos Antonio Bruno da Silva**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2968-9206>

UNIFOR - Brasil

**Limária Araújo Mouta**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9161-8927>

SEDUC-CE - Brasil

**Francisca Risolene Fernandes**

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9017-2142>

PMH – Brasil

**DOI: 10.22481/poliges.v2i2.8536**

**Resumo:** A pesquisa aborda a Educação Integral à Sexualidade na formação de professores, a necessidade de políticas e ações na promoção e formação humana nos campos da sexualidade e afins. Objetiva investigar a existência de formação continuada na perspectiva da Educação Integral à Sexualidade para os professores e coordenadores pedagógicos de duas escolas da rede municipal de educação de Varjota-Ce. Estudo do tipo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa, realizado em Varjota-CE com 33 (trinta e três) participantes representantes da comunidade escolar e administração pública. Os dados foram coletados utilizando questionário, tabulados, apresentados através de gráficos, quadro e analisados considerando os pressupostos teórico-metodológicos da análise do discurso. Os resultados confirmam ausência de formação para lidar com a Educação Sexual Integral enquanto objetivo da Agenda Global até 2030, havendo consonância quanto a inserção da temática no Currículo Escolar. Corroboram a revisão das políticas

públicas para a intersectorialidade, garantindo aos educadores uma formação compatível e suficiente para lidar com esta nova demanda.

**Palavras-chave:** Currículo. Educação Sexual. Formação de Professores.

**Abstract:** This research approach Integral Sexual Education on teacher training the necessity policies and actions in the promotion and training in the fields of human sexuality and related. Its aims to investigate the existence of continuing education, from the perspective of Integral Sexuality Education for teacher and pedagogical coordinators of two schools of the municipal education network of Varjota-CE. Type of descriptive-explorer study with qualitative abordage realized in Varjota-CE conducted with 33 (thirty-three) participants representatives of the school community and public administration. Dates were collected, tabulated, presented through graphs board and analysed considering the content analysis. The results noted the lack of training with the issue of Integral Sexual Education as an objective of the Global Agenda until 2030, with consistent among in inserting the subject in the school curriculum. Corroborating reviewing public policies by intersectoral, ensuring educators compatible and sufficient training to handle this new demand.

**Keywords:** Curriculum. Sexual Education. Teacher Training.

**Resumen:** La investigación direcciones la Educación Sexual Integral en la formación del profesorado la necesidad de políticas y acciones en la promoción y la formación en los campos de sexualidad humana y relacionados. El objetivo es investigar la existencia de la educación continua, desde la perspectiva de la Educación Integral del Sexualidad para profesores y coordinadores pedagógicos de dos escuelas de la red educativa municipal de Varjota-Ce. Tipo de estudio descriptivo-exploratorio con enfoque cualitativo, realizado en Varjota-CE con 33 (treinta y tres) sujetos representantes de la comunidad escolar y a la administración pública. Las fechas se reconvieron, tabularon se presentaron a través de gráficos, cuadro y se analizaron teniendo en cuenta el análisis de contenido. Los resultados indican la ausencia de capacitación para hacer frente a la cuestión de la Educación Sexual Integral como objetivo de la Agenda Global hasta el 2030, hay concordancia para la inserción del tema en el Currículo Escolar. Corroboran la revisión de las políticas públicas para la intersectorialidad, garantizando una formación compatible y suficiente a los educadores a manejar esta nueva demanda.

**Palabras clave:** Currículum Escolar. Educación Sexual. Formación de Profesores.

## Introdução

A condição de crianças e adolescentes no Brasil, ao fim das duas primeiras décadas do Século XXI não são otimistas. Segundo dados do relatório da *United Nations Children's Fund* - Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) há 57,1 milhões de crianças no Brasil. Destas, 2,8 milhões estão fora da escola, 7,2 milhões têm distorção idade-série, e houve aumento de 50,2% de adolescentes infectados pelo *Human Immunodeficiency Virus* (HIV) além de aumentos na pobreza, mortalidade infantil, e extrema violência (UNICEF, 2019).

Entre crianças e adolescente com ou sem escolaridade incorrem desconhecimentos do/sobre o corpo, ausência de informações e orientações relacionadas à sexualidade que acarretam problemas de ordem social, humana e cultural, principalmente quando esses se referem a imagem, a orientação sexual e a identidade de gênero. É nesta perspectiva que a escola é vista como instituição e espaço social fértil para o debate sobre estas demandas, visando essa formação a partir do professor que teve toda um embasamento acadêmico-científico formativo para o ato da docência.

Entretanto, considerando a sociedade cisheteronormativa (que privilegia a determinação biológica – pênis é homem, vagina é mulher), patricarcal (com o homem, o pai, o provedor como centro), que busca domesticar culturalmente os corpos desde o nascimento determinando o papel do homem e da mulher, através da categoria normativa sexo (BUTLER, 2019), o Movimento Escola Sem Partido (NAGIB, 2018) tem investido de forma insistente e ferrenha na aprovação de Projetos de Lei que propõem, de forma velada, a nível das três esferas do poder a proibição dessa temática no espaço escolar, com apoio de alas conservadoras das diferentes instituições religiosas. Estas mesmas atribuem à família abordar sobre sexualidade com 'seus filhos'.

Na realidade dos fatos, a família evita abordar a sexualidade, cabendo à escola tratar sobre o tema, reordenando a proposta curricular. Apesar de todo esforço de heroicos professores que insurgem contra o sistema a escola ainda usufrui de falhas em razão da organização curricular e até da formação dos professores.

Compromissos de governo adotados na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2017) aliados ao enfrentamento ao HIV contribuíram para que na década de 1990 fossem incorporados na Educação, como Tema Transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os assuntos voltados para a sexualidade humana (FURLANETTO et al, 2018). Esta tímida presença foi banida com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) que extinguiu completamente de seu

texto quaisquer abordagens sobre gênero, diversidade, orientação sexual e sexualidade.

A temática da sexualidade vinha desde a década de 1960 sendo agregada, lentamente, ao currículo escolar, ainda que com um caráter higienista, de “controle epidemiológico” (FURLANETTO *et al*, 2018, p. 1). À revelia dessa tímida inserção, foi atribuído aos profissionais da Saúde a responsabilidade de falar sobre esse tema nas unidades de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ou em rápidas aparições no espaço escolar com palestras que buscava educar pelo terror com imagens agressivas das doenças causadas pelas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e não promovendo saúde propriamente, principalmente sob a voz, o cuidado e o olhar do profissional que passa 4 horas do dia em contato e são conhecedores dos contextos de crianças e adolescentes .

Inquietou a pesquisa as interrogações ‘Há formação continuada para os educadores e coordenadores pedagógicos de duas instituições de ensino da rede municipal de Educação de Varjota-Ceará na perspectiva da prática pedagógica voltada à Educação Sexual Integral?, ‘A Educação Sexual Integral se apresenta no Currículo, a partir de um diálogo teórico entre as linhas da Didática, da Formação de Professores, da Educação em Saúde e do próprio Currículo com foco na formação permanente de professores e na Educação em Saúde?’.

A metodologia do texto contempla o tipo descritivo-exploratório com abordagem qualitativa realizada no município de Varjota-CE, em duas escolas da rede pública municipal da educação com 33 participantes dentre eles gestores, secretários municipais, professores e pais de estudantes. Os dados foram coletados utilizando como protocolo de pesquisa o questionário fechado. Os dados foram analisados seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), apresentados em formato de gráficos e quadros.

O objetivo geral foi investigar a existência de formação continuada, na perspectiva da Educação Sexual Integral, para os professores e coordenadores pedagógicos de duas escolas da rede municipal de educação de Varjota-Ce. Como específicos, caracterizar historicamente a intersetorialidade Educação e Saúde; compreender currículo e a nova construção do mesmo no contexto escolar e de

saúde; analisar/Verificar a formação de professores coordenadores pedagógicos e professores por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e Secretaria Municipal de Educação (SME) para a práxis pedagógica em Educação Sexual (ES) nas séries finais do Ensino Fundamental.

Iniciamos a próxima sessão apresentando breve revisão sobre as relações existentes entre Educação, Saúde e a formação de professores. De forma consecutiva buscamos relacionar como estas duas áreas se interrelacionam e devem atuar na perspectiva da formação humana.

### **Educação e saúde: entrelaçamentos possíveis**

Educação e Saúde tiveram sua gênese pelo presidente Getúlio Vargas com a criação da Secretaria da Educação e da Saúde Pública, mais tarde transformada em Ministério da Educação e da Saúde Pública até 1953 quando foi desmembrado nos Ministérios da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS) por força da Lei Nº 1920/53 (BRASIL, 1953). A intersetorialidade entre Educação e Saúde deve assegurar de forma mais abrangente o bem-estar e a qualidade de vida das populações. É cada vez mais evidente a presença das temáticas do setor saúde ocupando espaços nos componentes curriculares da educação e teorias educacionais sendo utilizadas na área da saúde.

Nesta perspectiva, o currículo não pode ser estático, mas maleável às transformações provocadas pela globalização e todo o movimento populacional, econômico e social que estas provocam (FOGAÇA, 2011). Deve favorecer que as questões relacionadas a Educação Sexual Integral (EIS) sejam consideradas como questões contemporâneas a serem abordadas, sem tabus e preconceitos, pleiteando espaço entre os múltiplos saberes, favorecendo a dignidade humana. Reconhecemos, então, a escola como espaço fecundo para abordar a EIS não puramente vinculada ao ato sexual, mas como “[...] um processo de ensino e aprendizagem com base em um currículo sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade.” (UNESCO, 2019, p. 16).

Se a escola enquanto instituição de ensino precisa ampliar suas concepções de currículo de forma a promover a interdisciplinaridade entre diferentes áreas do saber como saúde, cultura, educação e outras, inserindo as tecnologias, buscando novas formas de atrelar a experiência do fazer educação voltada para outros fins, outros desenvolvimentos, novas metas (PEREIRA; MERCURI; BAGNATO, 2010), pressupõe que a formação de professores inicial e/ou continuada, contemple as lacunas a respeito das necessidades de saúde de adolescentes.

Gatti (2008, p. 13-14), extremamente contemporânea, já afirma que “Essas condições desafiam hoje o papel dos educadores e das escolas. [...] A formação de professores nesse contexto torna-se uma questão que merece novas considerações e outros posicionamentos [...]”. O processo formativo docente deve conceber que o educador se faz na e pela intrínseca relação entre teoria e prática – práxis docente. Não se faz professor sem prática pedagógica e requer conhecimentos basilares acumulados na formação seja inicial, seja continuada, notadamente um problema na formação de professor do século XX (SAVIANI, 2009).

É então desafio às Instituições de Ensino Superior (IES), acompanhar as novas necessidades sociais e contemplá-las na formação inicial docente para que estes desenvolvam uma educação cuja missão é reduzir ou extinguir as exclusões criadas por grupos sociais cujos discursos reiteram a manutenção do poder (FOUCAULT, 2014). Entre tantos novos modelos de formação, encontramos importante eco das ideias de formação de Paulo Freire a partir de seu Método de Alfabetização que utilizava palavras geradoras, explorava conhecimentos prévios, evoluindo para técnicas de formação popular e social como o Círculo de Cultura sugerido notadamente método que considera as características sociais da formação humana percebendo o homem como incompleto, inacabado, em franco processo de superação de estágios superando o era para o novo ser, em uma construção democrática, com uma educação emancipatória (BRASIL, 2006).

As ideias e ações pautadas no Círculo de Cultura já tem larga escala de aplicação nas mais diversas áreas do conhecimento e a área da Saúde com os cursos de Enfermagem também tem buscado apoio para as ações de promoção e prevenção (NAU *et al.*, 2013) com ações em Florianópolis (SC) (BESERRA *et al.*,

2011) em Fortaleza (CE), (ABREU *et al.*, 2013) em Sobral (CE) (SILVA *et al.*, 2018) em ações desenvolvidas com adolescentes, visto como grupo em situação de risco, na perspectiva do trabalho da Educação Sexual.

## **METODOLOGIA**

O estudo tem abordagem descritivo-exploratória com abordagem qualitativa. Os estudos qualitativos colocam pesquisador, participante e fenômeno no mesmo processo. Não considera que a amostra deva, diferente dos estudos quantitativos, obedecer a um *n* específico, mas que o fenômeno seja apreendido e expresso de acordo com a realidade de cada sujeito (SAMPIREI; COLLADO; LUCIO, 2013).

O universo foi a rede municipal de Educação do município de Varjota, município de pequeno porte, com aproximadamente 20.000 habitantes, distante 250km de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Tem um sistema público de ensino que oferta a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Os *lôcus* foram duas instituições de ensino que ofertam desde o 1º ao 9º do Ensino Fundamental. As duas escolas estão em bairros periféricos da cidade, em lados extremos do município.

Os participantes foram docentes, pais, coordenadores pedagógicos, os Secretários Municipais de Educação e de Saúde do município. O critério de seleção para os docentes é que fizessem parte do quadro docente efetivo da escola. Para os coordenadores-pedagógicos, gestores e secretários municipais que atuassem há pelo menos 1 ano na função assim como para os secretários. Para os pais o critério foi que tivessem filhos regularmente matriculados em uma das duas escolas. Foram excluídos profissionais que no decurso da pesquisa fossem, por motivos alheio, exonerados, ou que mudassem de escola. Quanto aos pais, foram excluídos aqueles que mudaram de domicílio ao longo da pesquisa. Aderiram a pesquisa 33 participantes.

Foram aplicadas versões diferentes de questionário com perguntas objetivas e subjetivas para coleta de informações sobre as opiniões de professores e gestores escolares ou municipais de Educação e Saúde assim como pais, acerca da

Educação Sexual, com autorização do Núcleo Gestor das referidas escolas. O questionário foi inicialmente testado com um grupo de 02 (dois) professores, 02 (dois) gestores, 02 (dois) coordenadores pedagógicos e 02 (dois) que também fazem parte da rede municipal de educação para averiguar os pontos a serem modificados. Os participantes foram voluntários e não fazem parte dos dados analisados.

Os dados foram analisados seguindo os preceitos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) dividida em três etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos dados; e inferência e interpretação. Estão são apresentados quantitativamente por gráficos e qualitativamente por reprodução fidedigna da fala dos participantes e reflexão no bojo de outras ciências que analisem a questão social.

Foram respeitados todos os preceitos éticos das Resoluções 466/12 e 510/2016 do Conselho de Saúde do Ministério da Saúde quanto a preservação da identidade dos participantes assim como das instituições.

## **Resultados e discussões**

Participaram da pesquisa 16 (dezesesseis) docentes, 09 (nove) pais, 04 (quatro) coordenadores pedagógicos, 02 (dois gestores), 02 (dois) secretários (01 (um) da Educação e 01 (um) da Saúde) com total de 33 sujeitos. As faixas etárias variaram de menos de 25 anos com 02 (6%) dois participantes, de 26 a 35 anos foram 10 (30%) participantes, de 36 a 45 anos foram 16 (dezesesseis) (49%) participantes e de 46 a 55 anos 05 (15%) de participantes. O gênero, culturalmente atribuídos ao nascimento, predominante foi o feminino com 26 (vinte e seis) participantes e masculinos 07 (sete).

Os níveis de escolaridade dos sujeitos da pesquisa são diversificados, sendo 3 (9%) com Ensino Fundamental Incompleto, 02 (6%) com Ensino Médio Incompleto, 01 (3%) com Ensino Médio Completo, 04 (12%) com Ensino Superior Incompleto, 09 (26%) Graduados/Licenciados e 15 (44%) com Pós-Graduação Lato *Sensu*.

Os educadores, mediadores do conhecimento, devem ter suas bases pedagógicas e de formação bastantes sólidas. A melhor formação poderá ter reflexos na prática e práxis pedagógica, conseqüentemente no processo ensino-aprendizagem. Em se tratando da Educação Integral em Sexualidade (EIS), tanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998) quanto as Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade (UNESCO, 2019) apontam a formação de professores como essencial.

A tímida iniciativa dos PCN em abordar EIS sucumbiu aos movimentos conservadores que atribuem à família a responsabilidade de tratar das temáticas que envolvem gênero, sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero dentre outras. Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), restringiu a transversalidade da EIS as duas últimas séries dos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, recuperando seu caráter puramente biológico sem abordagem a dimensão humana (PATTI; PINHÃO; SILVA, 2019).

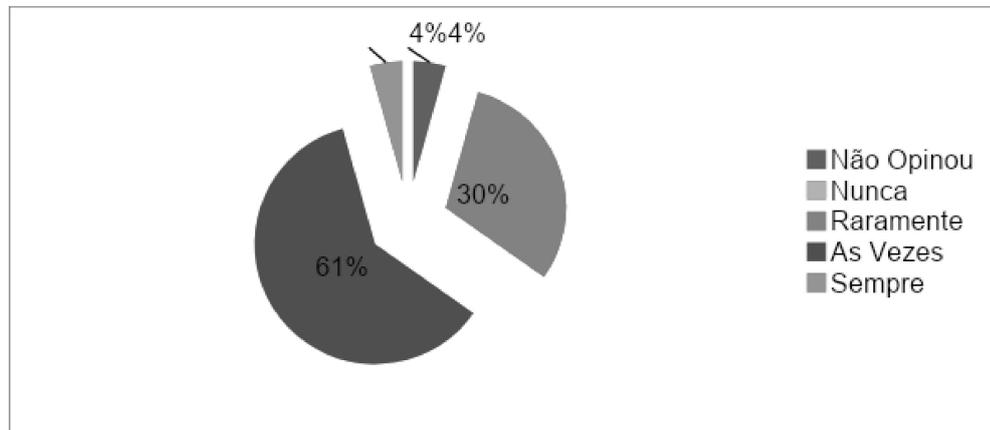
Sendo uma atribuição da instituição família, buscou-se depreender dos pais o conhecimento dos mesmos sobre Educação Integral à Sexualidade. 04 pais (43%) não opinaram, 3 (29%) afirmaram desconhecer ou desconhecendo totalmente sobre o assunto, enquanto 1 (um) (14%) conhece ou conhece totalmente, respectivamente. O caráter de tabu atribuído ao assunto, pode ser motivado pela falta de conhecimentos técnico-científicos dos pais, gerando um eterno ciclo de retroalimentação na desinformação sobre os conteúdos de EIS, fazendo com que esses tabus passem de geração em geração na sociedade.

Com efeito, o diálogo entre pais e filhos, sobre sexualidade humana deve ser isento das amarras culturais discursivas que sustentam a cisheteronormatividade, o binarismo (existência exclusiva dos gêneros masculino e feminino pautado na genitália), o corpo como aparato tecnológico do sexo puramente fisiológico, da falsa ideia moralista de incentivo a iniciação sexual precoce, reforço a retroalimentação da repressão à sexualidade, renegando-a a imoralidade, usando-a como dispositivo de poder. Na verdade, a EIS contribui na emancipação, na redução da violência sexual contra crianças e adolescente, inibe a intenção de potenciais abusadores

(VASCONCELOS; FERREIRA, 2020; BUTLER, 2017; GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Por outro lado, atribuir, exclusivamente, à família a responsabilidade de discutir sobre EIS é ter ciência que o conhecimento será fragmentado ou poderá nem existir, pois não menos rara que a realidade dos pais participantes desse estudo, há desconhecimento sobre o assunto, ausência de diálogo e até a transferência para os diferentes meios de comunicação e as relações entre amigos da responsabilidade pelas informações que contemplem as curiosidades, sendo importante considerar que em geral aquelas são distorcidas e sem quaisquer embasamentos técnico-científicos (SOUSA NETO et al, 2012; EW et al, 2017). Pais vítimas da repressão à sexualidade podem estar, ratificamos, retroalimentando a desinformação sobre os conteúdos de Educação Integral à Sexualidade.

A família, primeira instituição social, é considerada pela UNESCO (2019) como local simbólico onde, potencialmente, se manifestarão os primeiros interesses da criança pelo conhecimento do próprio corpo, portanto local propício para os primeiros diálogos sobre sexualidade. Não havendo essa primeira (in)formação na família, competirá a escola, instituição social de formação e desenvolvimento humano assumir essa atribuição, quando na verdade deveria ser compartilhada. Assim, questionou-se aos educadores acerca da inserção da EIS dentro das temáticas de suas aulas. Consoante ao gráfico 1, 14 (61%) docentes que assumem abordar, às vezes, EIS em suas aulas.

**Gráfico 1** – Abordagem da Educação Integral Sexual nas aulas em Varjota-CE

Fonte: Pinto et al.

Considerando a somatória das variáveis que expressam negação, ‘Às vezes, raramente, nunca e não opinou’, estarecedores 96% dos docentes afirmam não abordar EIS em sua prática pedagógica ou se o fazem é de forma esporádica, revelando que educadores também suscitam a repressão à sexualidade. Tal postura pode colocar ou manter crianças e adolescentes em riscos e reflete o descaso, a invisibilidade ou o embaraço dado à Educação Integral à Sexualidade por professores. Compromete a visão que crianças e adolescente têm do professor como aquele que tem conhecimentos importantes para sua formação, é referência quanto a posturas e disponibilidades no ouvir, dialogar e contribuir com a construção do sujeito ativo, crítico-reflexivo, emancipado e empoderado (UNICEF, 2011).

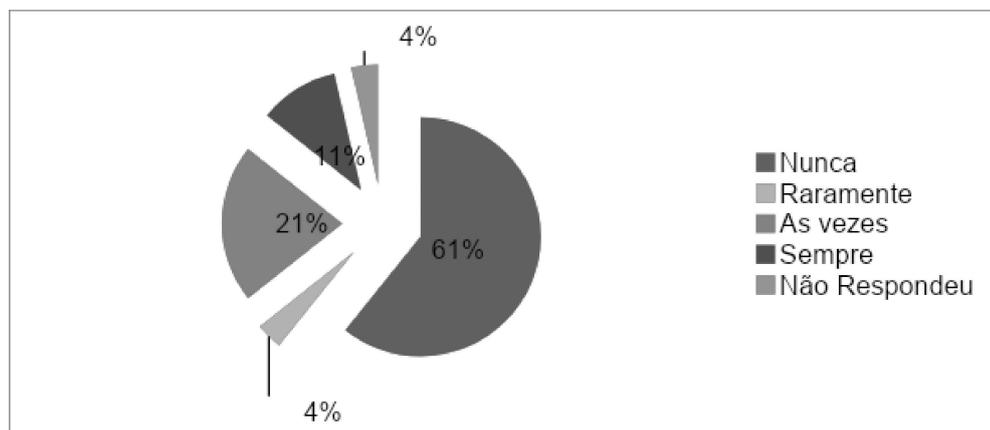
Há que se identificar os reais motivos pelas quais a EIS não é abordada por todos os docentes tendo em vista que o início da vida sexual está cada vez mais precoce, temos aumento de transmissão de HIV entre adolescentes, gravidez na adolescência, conflitos familiares em decorrência da não aceitação à orientação sexual e/ou identidade de gênero destoante ao projeto cisheteronormativo.

Tensionam ao debate sobre o espaço ocupado por essa temática na formação inicial e continuada que, frágil e com lacunas, não permite aos docentes se perceberem aptos a desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção através de suas aulas. A omissão pode reiterar a percepção da sexualidade pelos docentes como imoral, inadequada ao espaço social comum a todos, devendo ser recolhida,

exclusivamente ao casamento e a reprodução, que fere os preceitos sociais, recolhida ao conceito de tabu (PINTO; SILVA, 2019; FOUCAULT, 2014).

A ausência de ações formativas poderia justificar o posicionamento dos professores e com o intuito de esclarecer, foi perguntado aos educadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares sobre a participação em cursos, projetos e programas de formação de professores na perspectiva da EIS. As respostas expressas no Gráfico 2 identificam que, lamentavelmente, mais de 50% dos pesquisados assumem que nunca participaram de formações para lidar com Educação Integral à Sexualidade em sala de aula.

**Gráfico 2** – Participação em formação de professores para ações pedagógicas sobre Educação Sexual.



Fonte: Pinto et al.

O educador que forma também precisa ser formado continuamente para ampliar suas habilidades. O processo formativo contribuirá para que os educadores tenham conhecimento técnico-científico para atender aos diferentes graus de questionamentos e dúvidas do público infantil e adolescente sobre as temáticas relacionadas a sexo e sexualidade. As respostas desvelam a inexistência de formação continuada em serviço (planejamento e/ou estudos coletivos) ou a ausência de propostas de formação continuada em serviço pelo coordenador pedagógico que espera pela Secretaria da Educação que não promove.

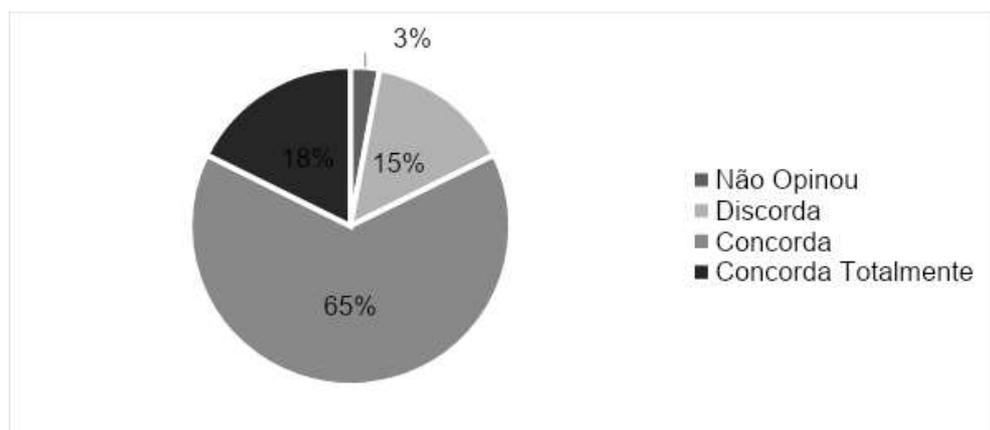
Ressalte-se que o coordenador pedagógico tem também a missão de formar educadores e estudantes. Segundo os PCN o coordenador pedagógico deve “polemizar [...]. [...] contribui também para o bem-estar e para a construção de uma

ética autônoma, não individualista, social no trato das questões da sexualidade, tema tão polêmico nos dias de hoje.”. (BRASIL, 1998, p. 335).

É necessário formar educadores e inserir a Educação Integral à Sexualidade no currículo escolar, mas também é necessário que seja pactuado com a instituição família, outro espaço de formação. Estes contratos entre agências devem favorecer um discurso coletivo uníssono ao invés de conflitos de informações. De forma síncrona, é preciso respeitar os valores adotados pela família – liberais, progressistas, conservadores – e o trabalho pedagógico, livre das acusações de ‘*Ideologia de Gênero*’, e das ideologias religiosas, patriarcais, padrões cisheteronormativos.

Considerando que a inserção da EIS no currículo deve ser pactuada, questionamos aos profissionais da educação suas considerações sobre inserir Educação Integral à Sexualidade no Currículo da escola. Os resultados estão expressos no gráfico 3 indicam que a maioria, se considerarmos a somatória entre concorda e concorda totalmente é superior a 80%, ventilando uma luz no fim do túnel.

**Gráfico 3** – Percepção sobre a inserção da Educação Integral à Sexualidade no Currículo da Escola.



Fonte: Pinto et al.

De forma positiva, a inserção da EIS é pertinente a maioria dos entrevistados, denota que a consciência do poder da Educação na promoção de ações educativas em saúde está presente nos participantes e ainda permite inferir que aqueles que

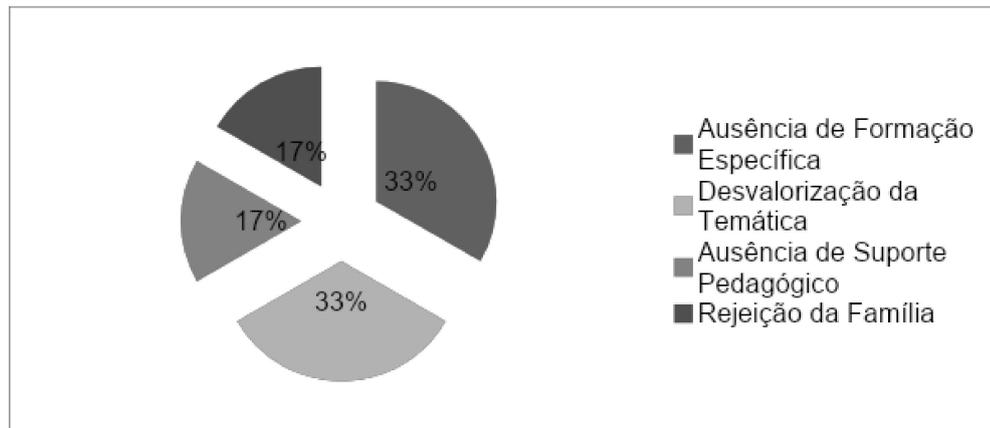
não concordam ou os fazem por preceitos religiosos ou por questões culturais da família. Estes preceitos tomados como perspectiva ética apontam para uma sociedade composta por indivíduos adultos “donos” (RUZANY, 2008, p. 22) de uma ordem vigente em cada cultura que leva ao adolescente sua ideologia de normas, atitudes e práticas que sem dúvida influenciarão positiva ou negativamente sua formação.

Para a formação é importante considerar o que cada documento normativo constitui como temáticas ou elementos a serem abordados pelos professores na EIS permitindo a interdisciplinaridade. Nos PCN (BRASIL, 1998, p. 316) havia três eixos a serem contemplados no terceiro e quarto – Corpo: Matriz da sexualidade; Relações de Gênero; e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis. A BNCC contempla palavras-chaves – sexualidade, identidade, DST, reprodução, processos reprodutivos, puberdade e gravidez (PATTI; PINHÃO; SILVA, 2019, p. 6-7).

O documento orientador da UNESCO (2019, p. 37) conforma 08 (oito) tópicos:

- 1) Relacionamentos
- 2) Valores, direitos cultura e sexualidade
- 3) Entendendo gênero
- 4) Violência e garantindo a segurança
- 5) Habilidades para a saúde e o bem-estar
- 6) O corpo humano e seu desenvolvimento
- 7) Sexualidade e comportamento sexual
- 8) Saúde sexual e reprodutiva.

O caráter interdisciplinar reitera que “[...] a saúde se deve aprender na escola da mesma forma que outras ciências sociais [...]”. (PRECIOSO, 2004, p. 19). Havendo o direcionamento técnico e pedagógico para a inserção da EIS no currículo escolar e na formação de professores, restam dúvidas sobre possíveis entraves para a execução. Específica para os Secretário da Educação, Secretária da Saúde e dois gestores das escolas buscamos conhecer quais os entraves à inserção da ES no currículo escolar. As respostas constam no gráfico 4.

**Gráfico 4** – Dificuldades na inserção da Educação Sexual no Currículo

Fonte: Pinto et al.

A formação continuada é parte das Políticas Públicas da Educação e da Saúde, mas ainda são falhas na valorização da Educação Integral à Sexualidade como temática de formação dos profissionais tanto da Educação quanto da Saúde. O exposto aqui reitera que a instância federativa não pactua com a EIS e não tem envidado esforços para extinguir esse assunto de forma geral do currículo educacional brasileiro.

De maneira pública, o atual Presidente da República Federativa do Brasil (pleito 2018-2021), autodenominado conservador, de direita, desfere ataques as ações de incentivo à Educação Integral à Sexualidade promovidas pelos Ministério da Educação ou da Saúde de outros governos. Na Educação há insistência, desde 2016, na acusação da criação do Kit Gay (NOVA ESCOLA s/d), na Saúde, os ataques foram à Caderneta de Saúde dos Adolescentes quando o presidente alega que as imagens são impróprias (SBT Jornalismo, 2019) sugerindo, inclusive que pais rasguem as páginas que contenham quaisquer menções a Educação Sexual.

Que pese salientar que a resistência à EIS no currículo escolar é atemporal ao atual presidente, considerando-se que a BNCC foi aprovada e sancionada como lei ainda no governo de outro presidente, pertencente ao bloco político chamado Centrão que coaduna com a direita conservadora. Quiçá, esse posicionamento do governo brasileiro vai de encontro ao que é preconizado pelas agências internacionais e todos os acordos que são formalizados entre nações a partir da Convenção do Cairo realizada (1994) e dos Princípios de Yogyakarta (2006).

Se perceba como problema a opção de aderir ou não a EIS por parte dos municípios, a nível de formação continuada em Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Mais grave é o fato de não ter o curso ofertado de maneira clara e acessível. A formação é imprescindível visto todos os profissionais educadores lidarem com adolescentes e suas constantes inconstâncias. Neste item, gestores escolares, secretários de educação confirmam a inexistência de qualquer oferta de cursos de formação na perspectiva da Educação Integral à Sexualidade, ao passo que a Saúde oferta às vezes o que comprova que o exposto no documento normativo do PSE.

A pergunta seguinte, direcionada aos 02 (dois) gestores municipais (Educação e Saúde) buscou depreender daqueles o que faltava para a efetivação da formação adequada aos profissionais de educação de toda rede municipal. Os dois apontam, em unanimidade, como maior dificuldade a ausência de políticas públicas adequadas que tragam na sua proposta de formação a abordagem da Educação Integral à Sexualidade.

O Programa Saúde na Escola apesar de sua nomenclatura não desenvolve, ainda, ações com foco na formação total dos profissionais, só profissionais da área da Saúde e gestores escolares, quando de fato acontecem. O Passo a Passo PSE (BRASIL, 2011) indica a iniciativa da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em ofertar um curso de Especialização intitulado Formação em Educação e Saúde, voltada a atender as demandas dos profissionais do PSE e até mesmo cursos *Stricto Sensu* em Educação Sexual pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). A UAB, através de outras instituições federais e/ou estaduais, oferta cursos voltados para Gênero e Sexualidade, mas infelizmente ainda não é de amplo acesso.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira está em andamento o curso de Pós-Graduação Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, 150 vagas com “2.3 [...]reserva de 50% das vagas para professores e gestores que atuam no ensino básico da rede pública de ensino.” (UNILAB, 2020, p. 2). Semelhante está a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Faz-se importante que pese o fato de os problemas da formação docente não serem oriundos, exclusivamente, dos órgãos que legislam a educação nas três esferas administrativas, tão menos dos próprios gestores e coordenadores pedagógicos, mas também do próprio docente que deve, por iniciativa própria, investir na formação continuada utilizando as diferentes formas, inclusive os meios digitais através das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

A pesquisa buscou perceber quais as temáticas que deveriam ser contempladas na Educação Integral à Sexualidade. Foram elencadas as Drogas Lícitas e Ilícitas (DLI), Gravidez Precoce (GP), HIV/AIDS, Sexo e Sexualidade (S/S), DST, Métodos Anticonceptivos (M/A), Homossexualidade (H), Outros (O), conforme quadr 1.

**Quadro 1** – Temáticas apontadas como necessárias à abordagem da Educação Sexual.

Temáticas	Sujeitos			Total
	Pais	Prof./Coord.	Gest. Esc.	
DLI	04	15	03	<b>22</b>
GP	03	22	03	<b>28</b>
HIV/AIDS	03	17	02	<b>22</b>
S/S	-	10	03	<b>13</b>
DST	07	17	04	<b>28</b>
M/A	02	09	01	<b>12</b>
H	-	11	02	<b>13</b>
O	-	03	-	<b>03</b>
<b>Total</b>				<b>141</b>

Fonte: Pinto et al.

Fica evidente que o grupo ainda observa elementos relacionados especificamente ao que os aproxima do ato sexual em si, desprezando outras questões. Questões relacionadas a gênero, reprodução humana, conhecimentos anatômicos e fisiológicos não foram pontuados, o que permite refletir se não foram apresentados por falta de conhecimentos ou por preferência em ficar absorto e inerte havendo ainda a possibilidade de que alguns temas não foram citados por já acreditarem, os pesquisados são estudados nas disciplinas de Biologia.

A Educação Integral à Sexualidade não é um fenômeno, é uma necessidade, deve ser vista como um processo de ensino e de aprendizagem que buscam atuar

nos “[...] aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade.” (UNESCO, 2019, p. 16) a partir de seus 08 (oito) eixos do conhecimento.

Com um leque de funções e temáticas a serem desenvolvidas muito além das citadas na enquete, essa realidade exige do professor e do coordenador pedagógico formação para lidar com as novas gerações e com a chegada cada vez mais precoce da vida sexual ativa. Essa precocidade solicita das esferas do poder novas visões sobre a formação do educador e de todos os que juntos constituem o espaço escolar.

### **Considerações Finais**

Ainda que os dados acessados ratifiquem a aceitação dos participantes quanto a inserção da EIS no Currículo Escolar são estes mesmos profissionais que, possivelmente, não se percebe aptos ou disponíveis à abordagem da sexualidade em suas aulas. Situações variadas podem justificar a ausência mencionada, seja pela ausência, no plano pedagógico da escola, pelo desconhecimento/desinteresse desta no currículo escolar, seja por lacunas na formação, seja pela própria política de resistência dos entes federativos a sua inserção no currículo escolar.

Saliente-se que, a partir das respostas apresentadas podemos confirmar a não existência de formação para os professores bem como a ausência dessa temática no currículo escolar e nas práticas pedagógicas docentes.

Não há um, há culpados/responsáveis, e foi nossa preocupação não atribuir culpas ao educador ou a família, mas também do Estado, responsável por propor, desenvolver e ofertar políticas públicas que primem pela educação e saúde de qualidade assim como qualificar tecnicamente os profissionais para lidar com os problemas sociais, aqui específicos da infância e adolescência.

A Educação Integral à Sexualidade mais que prevenir, promove saúde, vai muito além das ações desenvolvidas na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Identificamos, por meio dos resultados deste estudo, que há ineficácia e ineficiência na formação inicial e continuada de docente, dos gestores, do coordenador

pedagógico, como dos professores para lidar com o famigerado tabu chamado sexualidade no espaço escolar.

Em uma sociedade que reconhece o corpo exclusivamente biológico, reforçando uma cisheteronormatividade e uma matriz cultural que privilegia a figura do macho e da fêmea fisiologicamente constituídos, o próprio educador não conhece a si e a seu corpo, a própria sexualidade ou a afugenta em decorrência dos dispositivos de poder que normatizam seu corpo. O resultado são profissionais formadores de opinião que se esquivam a perguntas originadas na curiosidade dos estudantes. Não se busca aqui dizer que o professor deve passar por cima de seus preceitos e dogmas, mas também não deve omitir-se ao seu papel ético de formador privando os estudantes do acesso ao conhecimento que atenda a seus anseios.

Sugerimos, a título de encaminhamento desta pesquisa, que os municípios adotem políticas públicas próprias na perspectiva de melhor preparar seus profissionais docentes para a abordagem da Educação Integral à Sexualidade dentro do espaço escolar. Reafirmamos a necessidade de sensibilizar crianças e adolescentes para o respeito a si e a vida, para o autoconhecimento do corpo e de importantes diferenciações, por exemplo, de toques abusivos e principalmente para o não silenciamento que retroalimenta um sistema perverso de desrespeito aos Direitos Humanos de ser quem se é em detrimento dos dogmas sociais vigentes. De forma semelhante é necessário sensibilizar os profissionais da Educação de Varjota e em geral para a necessidade de formação continuada, utilizando-se das ferramentas oportunizadas pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

## Referências

ABREU, L. D. P. de. Abordagem educativa utilizando os Círculos de Cultura de Paulo Freire: experiência de acadêmicos de enfermagem no “Grupo Adolescer”. **Adolesc. Saude**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 66-70, out/dez 2013. Disponível em <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v10n4a09.pdf>. Acesso em 10 out 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016

BESERRA, E. P. et al. Pedagogia freireana como método de prevenção de doenças. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000700092>. Acesso em 01 Dec. 2014.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 1920, de 25 de julho de 1953** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1920.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1920.htm). Acesso em 09.out.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>. Acesso em 20 jan 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília; Ministério da Saúde, 2006. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_prevencao\\_escolas.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf). Acesso em 20 dez 2020.

BRASIL. ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf). Acesso em 20 dez 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Passo a passo PSE: (Programa Saúde na Escola): Tecendo caminhos da intersetorialidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo\\_a\\_passo\\_programa\\_saude\\_escola.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passo_a_passo_programa_saude_escola.pdf). Acesso em 01 dez 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, J. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 Edições; Crocodilo 2019.

EW, R. A. S. et al. Diálogos sobre sexualidade na escola: uma intervenção possível. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, pp. 51-60, dez., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.24879/2017001100200155>. Acesso em 29 dez 2020.

FOGAÇA, J. **Currículo no contexto escolar**. Disponível em <http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar.htm>. Acesso em 24.set.2014 às 18h

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014

FURLANETTO, M. F. et al. Educação Sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, n. 168, pp. 550-71, abril/jun., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145084>. Acesso em 25 set 2020.

GATTI, B. A. Sobre a formação de professores e contemporaneidade. In: KRONBAUER, S. C. G; SIMIONATO, M. F. (orgs) **Formação de Professores**: Abordagens contemporâneas. São Paulo: Paulinas, 2008.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação Sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **HOLOS**, ano 29, v. 5, pp. 251-263, out., 2013. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>. Acesso em 24 dez 2020.

NAGIB, M. **O Escola Sem Partido e a Doutrinação nas Escolas**. Disponível em <http://escolasempartido.org/wp-content/uploads/2018/02/pfesp.pdf>. Acesso em 20 jan 2021.

NAU, A. L. et al. Educação Sexual de Adolescentes na Perspectiva Freireana Através de Círculos de Cultura. **Rev. Rene**. v. 14, n. 5, pp. 886-93, jun, 2013. Disponível em <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/3610/2851>. Acesso em 25 nov 2020.

NOVA ESCOLA. **Nova Escola checa discurso de Bolsonaro sobre “Kit Gay”**. [S.l, s.n], 2016. (5m03s). Publicado pela Plataforma YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU>. Acesso em 20 mar 2021

PATTI, B. A. B.; PINHÃO, F. L.; SILVA, E. C. D. Sexualidade na Base Nacional Comum Curricular: uma breve análise. *In*. Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC, 12., 2019, UFRN. **Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XII ENPEC**: Natal: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências 2019. Tema: Pesquisa em Educação em Ciências: Diferença, Justiça Social e Democracia. Eixo temático: Currículo, p. 1-11. Disponível em <http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0947-1.pdf>. Acesso em 22 nov 2020.

PINTO, F. R. M.; SILVA, C. A. B. (2019). Perfil e percepções de homens obesos mórbidos cearenses sobre a vida obesa. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 8, n. 2, pp. 192-205, jul., 2019. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v8i2.2392>. Acesso em 31 dez 2020.

PEREIRA, E. M. A.; MERCURI, E.; BANATO, M. H. Inovações Curriculares: experiências em desenvolvimento em uma universidade pública. **Currículo sem fronteiras**, v. 10, n. 2, pp. 200-213, jul./dez., 2010. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss2articles/pereira-mercuri-bagnato.pdf>. Acesso em 17.out. 2020.

PRECIOSO, J. Educação para a saúde na escola: um direito dos alunos que urge satisfazer. **O professor**, n. 85, III Série, Março-Abril, pp.17-24, 2004. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3980/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20a%20Sa%C3%BAde%20%28pp.17-24%29.pdf>. Acesso em 01 out 2020.

RUZANY, M. H. Atenção à saúde do adolescente: Mudança de paradigma. *In*: BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde do Adolescente: competências e habilidades**. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2008, pp. 21-25. Disponível em [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_adolescente\\_competencias\\_habilidades.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_adolescente_competencias_habilidades.pdf). Acesso em 01 dez 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Métodos de Pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: Penso; 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14, n. 40, pp. 143-155, jan./abr., 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em 25 dez 2020.

SBT. Sistema Brasileiro de Televisão. **Ministério irá modificar caderneta de saúde após crítica de Bolsonaro** / SBT Brasil (08/03/2019). [S.l., s. n], 2019. (2m10s). Publicado pela Plataforma YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OSiT--vde0Q>. Acesso em 20 mar 2021.

SILVA, M. B. F. et al. Nuances do cuidado sexual: o enfermeiro como multiplicador de saberes em ambiente escolar. **R. Interd.**, v. 11, n. 1, pp. 107-115, jan/fev/março, 2018. Disponível em <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/1169/123>. Acesso em 20 out 2020.

SOUSA NETO, A. et al. Programa de Educação pelo Trabalho para a saúde nas escolas: Oficina sobre Sexualidade. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, supl. 1, pp. 86-91, maio, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbem/v36n1s1/v36n1s1a12.pdf>. Acesso em 13 dez 2020.

UNESCO. Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. 2. ed. revisada. Disponível em [https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef\\_000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach\\_import\\_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F%3D369308por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf#%5B%7B%22num%22%3A111%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C%2C842%2Cnull%5D](https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F%3D369308por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf#%5B%7B%22num%22%3A111%2C%22gen%22%3A0%7D%2C%7B%22name%22%3A%22XYZ%22%7D%2C%2C842%2Cnull%5D). Acesso em 01 jan 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas Para a Infância. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Brasília, DF: UNICEF, 2011. Disponível em <http://www.teleios.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Adolescência-Brasileira-2011-Unicef.pdf>. Acesso em 01 set 2020.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas Para a Infância. **UNI: Relatório Anual**, ano 15, n. 2, fev, 2020. Disponível em [https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-03/UNI42\\_RA2018.pdf](https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2019-03/UNI42_RA2018.pdf). Acesso em 22 fev 2021.

UNILAB. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. **Edital 28/2020**. Processo Seletivo Simplificado de Vagas para Discentes do Curso de Especialização Lato Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, na Modalidade a Distância. Disponível em <http://iead.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/EDITAL-DISCENTE-28-2020-Genero-EAD-1.pdf>. Acesso em 25 out 2020.

VASCONCELOS, C. M. T.; FERREIRA, L. A. A formação de futur@s professor@s de Educação Física: Reflexões sobre gênero e sexualidade. **EDUR: Educação em**

**Revista**, v. 36, e209700, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698209700>. Acesso em 12 jan 2021.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

***Francisco Ricardo Miranda Pinto***

Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Docente dos Cursos de Pedagogia EaD do Centro Universitário INTA – UNINTA; Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú; Enfermagem da Faculdade Alencarina de Sobral. Coordenador do Curso de Pedagogia EaD da Faculdade Alencarina de Sobral. do Grupo de Estudos em Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO).  
Endereço Eletrônico: [ricardomiranda195@gmail.com](mailto:ricardomiranda195@gmail.com)

***Carlos Antonio Bruno da Silva***

Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Professor Efetivo do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).  
Endereço Eletrônico: [carlosbruno@unifor.br](mailto:carlosbruno@unifor.br)

***Limária Araújo Mouta***

Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trabalha na Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Participa do Grupo de Estudos em Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO).  
Endereço Eletrônico: [limariamouta@hotmail.com](mailto:limariamouta@hotmail.com)

***Francisca Risolene Fernandes***

Especialista em Alfabetização e Multiletramentos e Gestão Escolar da Escola Básica pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Educação Básica no município de Horizonte-ce.  
Participa do Grupo de Estudos em Práticas Educativas, Memórias e Oralidades (PEMO).  
Endereço Eletrônico: [profarisolenefernandes@gmail.com](mailto:profarisolenefernandes@gmail.com)